



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 173/96-PGPMP.

DISPONDO SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍ
CIO FINANCEIRO DE 1997, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão Raimundo Reis Ferreira, PREFEITO MUNICIPAL
DE PARINTINS, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em Ses
são Ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 1996 - APROVOU e eu
SANCIONO, a seguinte:

L E I:

CAPITULO I

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as
diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Pa
rintins, concernentes ao exercício financeiro de 1997.

Art. 2º - A Lei Orçamentaria Anual abedecerá ao dispos
to na Lei Orgânica do Município de Parintins e às Leis superiores vi
gentes, e compreenderá:

I - O orçamento fiscal referente ao Município, seus
órgãos e entidades da administração direta;

II - O orçamento das entidades autárquicas e fundações
instituídas e mantidas pelo Município.

Art. 3º - As estimativas entre o montante das receitas
e despesas guardarão o equilíbrio e seus valores serão estimados em
moeda corrente, segundo os preços vigentes no mês de agosto do exer
cício, acrescido da estimativa da correção inflacionária.

Art. 4º - Os orçamentos das entidades autárquicas e
fundacionais compreenderão:

I - O programa de trabalho e demonstrativo de despesa

.../...



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

.02.

por natureza de cada órgão, de acordo com a Lei Federal vigente;

II - O demonstrativo da receita por órgão, de acordo com a fonte e origem de recursos.

Art. 5º - A proposta orçamentária, a ser encaminhada pelo Executivo, compor - se - á de:

I - Mensagem;

II - Projeto de Lei Orçamentária;

III - Tabelas explicativas, nas quais, além das estimativas da receita e despesas, constarão em colunas distintas para fins de comparação.

a) a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;

b) a receita prevista para o exercício em que se elabora proposta;

c) a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;

d) a despesa executada nos últimos três exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;

e) a despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

f) a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

g) a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

IV - relação dos projetos e atividades, com sua descrição e codificação;

V - anexos, com detalhamento da receita e despesa;

VI - relação nominal de todos os servidores ou empregados públicos, com respectivo cargo, emprego ou função e a correspondente remuneração total de cada um, constantes da folha de pagamento do mês de agosto de 1997, por órgão, entidades autárquicas e fundações instituídas e mantidas pelo Município.

.../...



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

.03.

Art. 6º - A Lei Orçamentária conterá, específica e obrigatoriamente, na definição de despesas, as vinculações dispostas na Lei Orgânica do Município.

Art. 7º - Nenhuma operação de crédito por antecipação de receita será contratada:

I - se não se destinar à cobertura de despesas de custeio de necessidade eminente, e cujo adiamento caracterizar prejuízo para a administração pública;

II - se não se destinar à cobertura à complementação emergencial do fluxo de caixa decorrente de variações sazonais na arrecadação.

Art. 8º - Os projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 9º - Não poderão ser incluídas despesas com aquisição, construção e locação de imóveis residenciais, bem como, aquelas destinadas à aquisição de mobiliário ou equipamentos para unidades residenciais de representação funcional.

Art. 10 - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 11 - Nas despesas com pessoal e encargos sociais deverá ser observado o limite previsto na Constituição Federal.

Art. 12 - Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária e suas alterações, despesas classificadas como Investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados aos casos de calamidade pública.

Art. 13 - Nenhuma despesa financiada com recursos de convênios ou de operações de crédito poderá ser realizada ou contratada sem que exista a garantia de captação de tais recursos através da celebração dos respectivos convênios ou contratos e a consequente liberação dos recursos.

CAPITULO II

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

....



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

.04.

Art. 14 - O Município executará com prioridade as se guintes ações, delineadas por segmento:

I - Administração:

- a) atualização permanente do quadro de servidores;
- b) recuperação e modernização do acervo bibliográfico municipal;
- c) modernização dos mecanismos de controle das seguin tes atividades: pessoal, material, patrimônio, protocolo e arquivo;
- d) apoio administrativo aos órgãos, através da centra lização na aquisição de materiais de consumo;
- e) capacitação dos recursos humanos disponíveis;
- f) recuperação e manutenção dos serviços de arquivo;
- g) implantação dos Planos de Carreira, Cargos e Salá rios dos Servidores Públicos Municipais;
- h) elaboração e posterior envio à Câmara Municipal do Plano Diretor do Município.

II - Economia e Finanças:

- a) agilização na cobrança da dívida ativa;
- b) revitalização do cadastro imobiliário;
- c) aperfeiçoamento dos processos de arrecadação munic pal, através da implantação de controle informatizado;
- d) capacitação de recursos humanos nas áreas de fisca lização e tributação;
- e) controle de despesas, priorizando processos já ini ciados;
- f) implantação de sistema de microfilmagem de documen tos.

III - Educação:

- a) reciclagem do corpo docente municipal;
- b) manutenção e expansão da pré-escola;
- c) manutenção da rede física escolar, urbana e rural;
- d) apoio à especialização do Servidor da Educação;

.../...



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

2.
11
.05.

e) manutenção e incremento da merenda escolar;
f) implantação do programa de hortas escolares;
g) construção e manutenção de quadras esportivas;
h) funcionamento adequado da Secretaria Municipal de
Educação;

IV - Produção e Abastecimento:

a) ampliação do Mercado Central;
b) conservação e melhoria de Mercados e Feiras;
c) apoio ao desenvolvimento de tecnologia agrícola;
d) promoção de simposios, seminários e recursos de
treinamento que visem o desenvolvimento da agricultura;
e) ações que objetivem o desenvolvimento social dos
mercadores e feirantes;
f) construção de novo abatedouro para bovinos;
g) distribuição de sementes para o aproveitamento das
áreas de várzea;
h) realização de recursos que orientem e incentivem a
produção de grãos;

V - Esporte, Cultura e Lazer:

a) recuperação e manutenção de praças e parques exis-
tentes, assim como a criação de novos parques;
b) implantação do Museu do Folclóre de Parintins;
c) apoio ao Festival Folclórico;
d) organização e defesa do patrimônio histórico;
e) estímulo ao desenvolvimento artístico-cultural;
f) apoio aos jogos estudantis;
g) apoio às atividades voltadas ao desenvolvimento às
práticas esportivas e de lazer.

VI - Turismo:

a) desenvolver ações voltadas à capacitação de recur-
sos humanos para o atendimento turístico;
b) fomentar o desenvolvimento de infra-estrutura turís-
tica;

....



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

.06.

VII - Meio Ambiente:

- a) recuperação de área degradadas no perímetro urbano;
- b) treinamento de pessoal para coordenação e extensão de programa de educação ambiental;
- c) zoneamento das áreas destinadas à preservação ambiental;

VIII - Transportes:

- a) recuperação da rampa do Mercado Municipal;
- b) recuperação das escadarias localizadas à frente da cidade de Parintins;
- c) abertura de estradas vicinais conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;
- d) recuperação e manutenção das estradas vicinais do Município;
- e) capeamento asfáltico das vias do perímetro urbano da cidade;
- f) capeamento asfáltico das vias que ligam a cidade de Parintins às comunidades do Aninga, Parananema e Macurany.

IX - Assistência Social:

- a) assistência social geral, nas zonas urbanas e rural;
- b) funcionamento do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c) assistência ao deficiente, objetivando sua capacitação e encaminhamento profissional;
- d) funcionamento do Conselho de Assistência Social;
- e) criação de mecanismo para a manutenção da Casa do Pequeno Trabalhador;
- f) reativar o programa da cidadania, com a expedição da Certidão de Nascimento.

X - Saúde:

- a) dotar os postos de saúde das comunidades rurais de

.../...



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

.07.

refrigeradores à gás para a conservação de vacinas e soro anti-ofí
co;

b) restauração e manutenção da Casa de Recuperação
"Gerson Freire";

c) recuperação e reativação de postos de saúde;

d) dotar os postos de saúde com medicamentos básicos
e de primeiros socorros;

e) treinamento dos Agentes de Saúde;

f) implantar política de recursos humanos para os ser
viços municipalizados de saúde, sugerindo as recomendações do Siste
ma Unificado da Saúde - SUS.

XI - Obras e Saneamento:

a) melhoramento da infra-estrutura dos bairros;

b) urbanização das áreas periféricas da cidade;

c) ampliação e melhoramento da malha viária urbana;

d) construção de poços artesianos na zona rural e urba
na quando se tornam necessário esse benefício;

e) saneamento da Lagoa da Francesa;

f) ampliação de rede de distribuição de água;

g) construção de sarjetas e meio fio ao longo das
vias públicas;

h) urbanização dos conjuntos habitacionais, proporcio
nando-lhes infra-estrutura adequada;

i) estrita observância do Código de Postura do Municí
pio quando da autorização para edificação de qualquer natureza;

j) criação e implantação de programa para a reciclagem
do lixo;

l) ampliação da rede de esgotos;

m) continuação do muro de arrimo em frente da cidade;

n) construção de casas populares.

.../...



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

.08.

CAPITULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

"Art. 15 - O Orçamento do Poder Legislativo não poderá comprometer mais de doze por cento do total das Receitas do Município".

Art. 16 - Os valores orçamentários poderão ser reajustados por lei específica, à medida que isso se torne necessário, por iniciativa do Poder Executivo.

Art. 17 - O Projeto de Lei referente ao Orçamento anual será enviado pelo Prefeito à Câmara Municipal até o dia 30 de outubro de 1997, de acordo com o Art. 4º da Lei complementar nº 06 de 22 de janeiro de 1991.

Art. 18 - (DERROGADO).

Art. 19 - A Secretaria de Economia e Finanças, no prazo de quinze dias após a aprovação da Lei Orçamentária, divulgará os Quadros de Detalhamento de Despesas - QDD.

Art. 20 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO CORDOVIL em, 26 de dezembro de 1996.

Raimundo Reis Ferreira
PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS